



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 1.603

Conde, 16 de outubro de 2019

criado pela Lei 156/95.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 01034/2019

(Projeto de Lei n.º 024/2019 - Autor: Poder Executivo)

INSTITUI O “SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA” NO MUNICÍPIO DE CONDE/PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, faço saber que o Poder Legislativo aprova eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Conde/PB o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar destinado à garantia de direitos de crianças, adolescentes, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, determinada pela autoridade competente.

Art.2º Para os efeitos desta lei considera-se:

I - acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II - família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

III - família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art.25 do ECA;

IV - família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;

V - família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção;

VI - bolsa-auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido.

CAPÍTULO II DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art.3º O Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

I - garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

II - atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV - contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V - articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art.4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I - Poder Judiciário;

II - Ministério Público;

III - Defensoria Pública;

IV - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Trabalho, Cultura e Lazer;

VI - Conselhos Tutelares.

Art.5º O Serviço de Acolhimento Familiar atenderá crianças e adolescentes do Município de Conde/PB que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Art.6º A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento Familiar será realizada mediante determinação da autoridade competente.

§1º Os profissionais do Serviço de Acolhimento Familiar farão contato com as famílias acolhedoras habilitadas ao acolhimento, observadas as características e as necessidades da criança ou do adolescente.

§2º A duração do acolhimento varia de acordo com a situação apresentada e poderá ser interrompido por ordem judicial.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Art.7º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da



Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA e de parcerias com o Estado e a União.

Art.8º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

- I – Bolsa-auxílio para as famílias acolhedoras;
- II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;
- III - Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;
- IV - Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;
- V - Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;
- VI - Manutenção de veículo(s) disponibilizado para o Serviço.

CAPÍTULO IV DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art.9º Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgãos oficiais.

Art.10. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art.11. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com as dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art.12. O Serviço de Acolhimento Familiar de Conde será coordenado por servidor do Município de Conde, com formação de nível superior, que será designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, dentre os indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.13. A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Conde será formada por servidores do Município, e será composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art.14. São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I - enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora a Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - encaminhar em tempo hábil relatório mensal a Secretaria Municipal de Assistência Social, no qual deverão constar: data da inserção da família acolhedora; nome do responsável; RG do responsável; CPF do responsável; endereço da família acolhedora; nome da criança(s)/adolescente(s) acolhido(s); data de nascimento; número da medida de proteção; período de acolhimento; se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais, bem como o valor a ser pago;

III - encaminhar, em tempo hábil, a Secretaria Municipal de Assistência Social, relação de nome das famílias, nome do banco e número da agência e da conta bancária em nome do membro designado no termo de Guarda, para depósito da bolsa-auxílio;

IV – remeter, sempre que solicitado, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao Juiz competente;

V - prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

VI - encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII - cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

VIII - monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço;

IX - acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das Famílias Acolhedoras.

Art.15. São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta Lei:

I - cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II - acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV - elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V - acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI - monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e ou extensa e família acolhedora.

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança ou adolescente acolhido e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não da reintegração familiar.

CAPÍTULO VI DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art.16. A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art.17. Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos/irmãs, fazendo jus ao auxílio correspondente a cada um. Em se tratando de grupos de mais de dois irmãos(as) deverá se realizar uma avaliação, preferencialmente pela Equipe Técnica do Programa, para verificar se o acolhimento em família acolhedora é a melhor alternativa para o caso ou se seria mais adequado o acolhimento em outra modalidade de serviço.

Art.18. São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em família acolhedora:

I - ser maior de 21 (vinte e um) anos, sem restrição quanto ao estado civil;

II - ser residente no Município há 2 (dois) anos;

III - não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;

IV - não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V - ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI - apresentar boas condições de saúde física e mental;

VII - comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora;



VIII - comprovar renda familiar, igual ou superior a 1 (um) salário mínimo;

IX - comprovar ter residência própria no Município de Conde;

X - possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

XI - parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

XII - participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

Art.19. Atendidos todos os requisitos estabelecidos nos incisos do artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art.20. O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de identificação, com foto de todos os membros da família;

II - certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III - comprovante de residência;

IV - certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

V - comprovante de atividade remunerada de pelo menos um membro da família;

VI - cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VII - atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art.21. A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

I - participação em capacitação preparatória;

II - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas.

Art.22. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art.23. São obrigações da família acolhedora:

I - prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança ou ao adolescente;

II - atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III - prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

IV - contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V - comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser Família Acolhedora;

VI - participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

VII - em nenhuma hipótese, realizar viagem com a criança ou o adolescente acolhido sem a prévia comunicação à Equipe Técnica do Serviço.

Art.24. A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art.25. O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II - descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 18 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III - por determinação judicial.

CAPÍTULO VII DA BOLSA-AUXÍLIO

Art.26. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma bolsa-auxílio mensal para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta-corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos, que será proporcional ao número de crianças e/ou adolescentes até o máximo de 3 (três) vezes o valor mensal, ainda que o número de crianças e/ou adolescentes acolhidos ultrapasse 3 (três).

§3º Em casos de crianças ou adolescentes com deficiência ou com demandas específicas de saúde, devidamente comprovadas com laudo médico, o valor máximo poderá ser ampliado, em até 1/3 (um terço) do montante.

§4º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de mínimo de 10 (dez) anos.

§5º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§6º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

§7º A família acolhedora, incluída no programa, receberá um auxílio pecuniário por criança ou adolescente acolhido no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), mensais, reajustados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

§8º O auxílio pecuniário será pago à família acolhedora incluída no programa até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao acolhimento.

Art.27. A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I - A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II - A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

III - Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV - Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC - ou qualquer outro benefício previdenciário ou



assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

CAPÍTULO VIII DA FISCALIZAÇÃO

Art.28. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família acolhedora será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social - Suas, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.29. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art.30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.31. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conde - PB.
Gabinete da Prefeita, 16 de outubro de 2019.


MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA
Prefeita

LEI Nº 01035/2019
(Projeto de Lei n.º 025/2019 - Autor: Poder Executivo)

INSTITUI O PRÊMIO “EDUCA CONDE” DE VALORIZAÇÃO E PREMIAÇÃO DAS ESCOLAS E DOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CONDE- PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA,
faço saber que o Poder Legislativo aprova eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município o Prêmio “Educa Conde”, a ser concedido anualmente, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – SEMEC, com a finalidade de contribuir para a elevação dos níveis de aprendizagem dos alunos e de eficiência das gestões escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Conde-PB, por meio do alcance ou superação das metas anuais definidas pela SEMEC, além do preenchimento de critérios a serem definidos para cada unidade de ensino.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, os servidores terão por finalidade a prática de gestão por resultados, pautada em critérios e metas a serem definidos em regulamentos próprios para cada uma das modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º - O Prêmio Educa Conde tem por finalidades:

I – Reconhecer, valorizar e homenagear, anualmente, os alunos que obtenham os melhores resultados da série ou ciclo de educação em que estudam na rede municipal de educação de Conde;

II - Reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação municipal que, durante o ano letivo, no exercício de suas funções, tenham contribuído para a melhoria da qualidade da educação pública municipal de Conde e que apresentarem resultados globais de acordo com a média estabelecida, considerando as metas definidas;

III - Disseminar boas práticas pedagógicas entre os profissionais da educação municipal de Conde enquanto agentes fundamentais no processo formativo e educacional de crianças, adolescentes, jovens e adultos do Município;

IV - Apresentar os resultados alcançados pelas Unidades de Educação Municipais e divulgá-los através de publicidade institucional;

V - Estimular a participação ativa dos profissionais da educação municipal, na implementação dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação;

VI - Valorizar e estimular o cumprimento do currículo adotado pela Rede Municipal de Educação;

VII - Valorizar a frequência e assiduidade e a participação dos alunos e dos profissionais da educação municipal nas Unidades Educacionais de Conde;

VIII - Selecionar e premiar experiências pedagógicas e de gestão escolar que, de forma comprovada, tenham sido aplicadas com êxito em seu respectivo ano letivo e que tenham contribuído para a melhoria da qualidade da educação municipal.

Art. 3º - A premiação prevista no Prêmio Educa Conde será concedida aos:

I - Alunos do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos, regularmente matriculados na Rede Municipal de Educação de Conde, que obtiverem os melhores desempenhos de aprendizagem;

II - Professores da educação infantil, do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos, regularmente matriculados na Rede Municipal de Educação de Conde, que obtiverem os melhores resultados em sala de aula;

III - Suportes Pedagógicos do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos, da Rede Municipal de Educação de Conde;

IV - Gestores das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Conde;

V - Demais profissionais vinculados às das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Conde.

Art. 4º - A valorização do incentivo a ser concedido aos alunos e profissionais da educação municipal consistirá em:

I - Premiação não-financeira e entrega de diplomas de reconhecimento aos alunos, em decorrência do atingimento das metas de aprendizagem, assiduidade, participação e comportamento preestabelecidas;

II - Pagamento de premiação financeira aos profissionais da educação municipal, em decorrência do atingimento das metas preestabelecidas, baseado na valorização do desempenho pedagógico e funcional, mediante avaliação anual das Unidades Educacionais;

Art. 5º - O Prêmio Educa Conde será concedido a:

I - 26 (vinte e seis) alunos da Rede Municipal de Educação de Conde, sendo 02 (dois) por série e ciclo de aprendizagem constante nas Unidades Educacionais - de 1º ao 9º Ano, do ensino fundamental, e do Ciclo I ao IV, da educação de jovens e adultos, de forma não financeira;

II - 40 (quarenta) professores da rede municipal de educação, que atingirem ou ultrapassarem as metas de aprendizagem estabelecidas anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais);

III - Todos os profissionais da educação das 03 (três) escolas e 01 (um) Centro de Referência em Educação Infantil, selecionados anualmente, que atingirem ou ultrapassarem as metas de gestão escolar estabelecidas anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).



Art. 6º - Com a finalidade de avaliar os alunos e profissionais da educação municipal das escolas beneficiadas, para fins de concessão do Prêmio Educa Conde, fica instituída a Comissão Permanente de Avaliação, com a seguinte composição:

I - 01 (um) representante e 01 (um) suplente, indicado pelo titular Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

II - 01 (um) representante e 01 (um) suplente, indicado pela Coordenação da Educação Infantil;

III - 01 (um) representante e 01 (um) suplente, indicado pela Coordenação do Ensino Fundamental - Anos Iniciais;

IV - 01 (um) representante e 01 (um) suplente, indicado pela Coordenação do Ensino Fundamental - Anos Finais;

V - 01 (um) representante e 01 (um) suplente, indicado pela Coordenação da Educação de Jovens e Adultos;

VI - 01 (um) representante e 01 (um) suplente, indicado pelo Sindicato dos Servidores do Município de Conde - SINDSCONDE;

VII - 01 (um) representante e 01 (um) suplente, indicado pelo Conselho Municipal de Educação de Conde.

PARÁGRAFO ÚNICO: A função de membro da Comissão não será remunerada, sendo considerada de interesse público relevante.

Art. 7º - A ordem classificatória dos alunos, dos profissionais da educação municipal bem como das Unidades Educacionais aptas ao recebimento do incentivo previsto nesta Lei será limitada pelo valor do orçamento definido previamente pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 8º - O pagamento dos valores correspondentes ao Prêmio Educa Conde serão depositados em contas próprias dos profissionais da educação municipal.

Art. 9º - O pagamento ocorrerá desde que haja disponibilidade orçamentária/financeira e que não afronte a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 10 - A entrega, para os alunos, bem como o pagamento, para os profissionais da educação municipal, do Prêmio Educa Conde ocorrerá em até 60 (sessenta) dias após a publicação oficial dos resultados dos indicadores.

Art. 11 - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes publicará, em ato próprio, a relação dos servidores a serem premiados.

Art. 12 - O Chefe do Executivo Municipal editará, anualmente, decreto instituindo as Comissões Permanentes de Avaliação e os critérios, metas, inclusive pontuação mínima, para efeito de concessão do Prêmio Educa Conde.

Art. 13 - As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente ou seguinte, ficando o Poder Executivo autorizado abrir para o exercício corrente ou seguinte, créditos suplementares, mediante a utilização de recursos imediatos dos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ou recursos próprios do tesouro municipal, observadas as normas contidas na Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Conde - PB.
Gabinete da Prefeita, 16 de outubro de 2019.

MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA
Prefeita

LEI Nº 01036/2019

(Projeto de Lei n.º 026/2019 - Autor: Poder Executivo)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÉNIO COM A FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO, MANTENEDORA DO HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO, PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, A TÍTULO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, faço saber que o Poder Legislativo aprova eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a **FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO, MANTENEDORA DO HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO**, entidade da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 09.112.236/0001-94, para repasse de recursos financeiros mensais no valor de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, a título de subvenção social, até o fim do exercício financeiro de 2019.

Parágrafo único: A subvenção estabelecida no caput deste artigo tem por objeto e finalidade custear despesas com atendimento médico e hospitalar na especialidade de oncologia no **HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO, mantido pela FUNDAÇÃO NAPOLEÃO LAUREANO**.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta lei convertem-se por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no presente exercício, Crédito Adicional Especial obedecidas as prescrições contidas nos incisos I a IV, do Parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal N° 4.320/64.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conde - PB.
Gabinete da Prefeita, 16 de outubro de 2019.

MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA
Prefeita

LEI Nº 01037/2019

(Projeto de Lei n.º 027/2019 - Autor: Poder Executivo)

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CONDE, POR INTERMÉDIO DO PODER EXECUTIVO, A FIRMAR CONVÉNIO, ACORDO, AJUSTE E/OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, EM REGIME DE MÚTUA COLABORAÇÃO, COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, faço saber que o Poder Legislativo aprova eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio, acordo, ajuste e/ou instrumento congênere, em regime de mútua colaboração, com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, objetivando a mudança da sede do Fórum da Comarca de Conde/PB e regularizar a cessão de servidores da Prefeitura Municipal ao Poder Judiciário da Paraíba.



Art. 2º Para o cumprimento do disposto no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a:

I- realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença, objetivando subsidiar a locação de salas no Shopping Conde, localizado na PB 018, S/N, Planalto Nossa Senhora da Conceição, Conde/PB, para fins de sediar o Fórum da Comarca de Conde/PB;

II- regularizar a cessão de servidores que já se encontram cedidos ao Poder Judiciário da Paraíba;

III- disponibilizar, pontualmente, outros servidores do Município quando da realização de mutirões judiciais, para consecução das atividades.

Art. 3º Os encargos que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do acordo correrão por conta de verbas próprias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conde - PB.
Gabinete da Prefeita, 16 de outubro de 2019.

MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA
Prefeita

LICITAÇÃO E COMPRAS

ESTADO DA PARAÍBA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONDE

AVISO DE ADIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00060/2019

O Pregoeiro Oficial comunica o adiamento do Pregão Presencial nº 00060/2019, para o dia 28 de Outubro de 2019 às 09:00 horas, no mesmo local inicialmente divulgado: rodovia PB 18 - Km 3,5 S/Nº - Centro - Conde - PB. Informações: no horário das 08:00 as 14:00 horas dos dias úteis, no referido endereço. E-mail: licita@conde.pb.gov.br.

Conde - PB, 15 de Outubro de 2019
JOSÉ ELI BERNADES PORTELA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00080/2019

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00080/2019, que objetiva: Aquisição de salgados e doces para realização da festa em comemoração ao "Dia das Crianças"; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: EDSON MARINHO DE CARVALHO JUNIOR - R\$ 2.050,20; MD COMÉRCIO DE DESCARTAVEIS EIRELI - R\$ 104,70.

Conde - PB, 07 de Outubro de 2019
MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA
Prefeita

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: Aquisição de salgados e doces para realização da festa em comemoração ao "Dia das Crianças". FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00080/2019. DOTAÇÃO: Reserva Orçamentária nº 00983/2019 no valor de R\$ 2.206,20 (dois mil, duzentos e seis reais e vinte centavos), na seguinte dotação orçamentária: Orgão: 21400 - Secretaria Municipal de Educação; Função: 12 - Educação; Subfunção: 361 - Ensino Fundamental; Programa: 0025 - Cidade Unida por Nós - MDE; Ação: 2029 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - MDE; Nat. da Despesa: 3390300000 - Material de Consumo; Fonte: 111 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2019. PARTES CONTRATANTES:

Prefeitura Municipal de Conde e: CT Nº 00282/2019 - 08.10.19 - EDSON MARINHO DE CARVALHO JUNIOR - R\$ 2.050,20; CT Nº 00283/2019 - 08.10.19 - MD COMÉRCIO DE DESCARTAVEIS EIRELI - R\$ 104,70.